

DESJUDICIALIZAÇÃO: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA NA COBRANÇA FISCAL

Administração da justiça e sua influência sobre organizações públicas e privadas

Daniela Alvarez Prado (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM); Fabiane Borges Saraiva (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM); Jurema Carolina da Silveira Gomes (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM); Mariana Rezende Ferreira Yoshida (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM); Rodrigo Martins Faria (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM).

RESUMO

O presente estudo tem por escopo abordar aspectos jurídicos e econômicos que podem subsidiar e demonstrar as vantagens da desjudicialização das execuções fiscais. O método adotado foi a pesquisa de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a revisão bibliográfica da literatura pertinente e a produção legislativa sobre o tema. Foi possível apreender que as execuções fiscais promovem gigantesca judicialização no país, a qual leva ao paradoxo de haver grande gasto de dinheiro público na intenção de arrecadar dinheiro para o erário, todavia, sem resultados satisfatórios. Assim, concluiu-se que é possível melhorar o custo-benefício da arrecadação de tributos ao se investir no trâmite extrajudicial, e, para tanto, há legislação civil que pode servir de paradigma, qual seja, a lei que trata da alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, assim como já há projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que podem tornar mais eficiente a cobrança de dívidas com a Fazenda. Esta pesquisa visa analisar os aspectos jurídicos e econômicos envolvidos na intensa judicialização da cobrança de dívidas com o erário, buscando identificar os caminhos que podem levar ao aumento da eficiência e à melhora da relação custo-benefício nos mecanismos de cobrança. A partir da análise de experiências na área da desjudicialização de cobranças de dívidas, a exemplo da lei que rege a alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, e da análise de projeto de lei em trâmite no Congresso Nacional, serão feitas sugestões que podem levar ao aperfeiçoamento da cobrança fiscal. O presente estudo traz, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica sobre os aspectos jurídicos e econômicos envolvidos na execução fiscal, e os relaciona com a eficiência obtida com a judicialização da questão, confrontando os valores despendidos para o andamento dos feitos na esfera judicial e o resultado obtido quanto à arrecadação. Em seguida, foram examinados os estudos desenvolvidos pelo CNJ acerca da matéria, especial os números, as conclusões alcançadas e o endereçamento da questão pelo órgão. Na sequência, foram analisadas maneiras alternativas à judicialização da cobrança fiscal, tomando-se por base a legislação aplicada em outros países, bem como a comparação com a lei local que trata de cobrança extrajudicial na área privada, qual seja, a alienação fiduciária de bens móveis e imóveis como instrumento de satisfação do crédito que dão autonomia ao credor, gerando a diminuição do labor judiciário empregado e, conseqüentemente, a diminuição dos custos da operação. Por fim, foi examinado, sob a ótica da diminuição da judicialização e da melhora da relação custo-benefício, o projeto de lei n.º 6.204/19, que tramita no Senado Federal, buscando fazer paralelos entre ele e as legislações antes examinadas. Com base nos achados coletados através da aplicação da metodologia acima descrita, foi possível destacar os eixos sobre os quais o problema de pesquisa se desenvolveria: (a) a legislação atual contribuiu para a excessiva judicialização da cobrança fiscal? (b) em caso positivo, quais os aspectos jurídicos que influenciaram no atual estado de coisas? (c) quais os reflexos econômicos que o uso intenso da máquina judicial gera? (d) a lei que rege a alienação fiduciária traz soluções aplicáveis ao executivo fiscal? (e) como outros países tratam a questão fiscal? (f), por fim, há iniciativa de mudanças na esfera

legislativa, e, em caso positivo, elas tem potencial de melhorar a eficiência na arrecadação para o erário? A presente pesquisa analisou as possíveis causas da atual situação dos executivos fiscais no país, que são, conforme apontou os dados quantitativos analisados, uma das principais causas do volume gigantesco dos processos judiciais em trâmite nos tribunais brasileiros. Para isso, foram examinados os trâmites judiciais previstos na legislação vigente, os custos envolvidos nessas operações, comparando-os ao benefício advindo do uso da máquina judicial para este fim. Identificado que a relação custo-benefício é deficitária, e, mais grave, que as medidas judiciais têm baixa eficiência no que se refere a obter o recurso financeiro almejado pela Fazenda, foram analisadas algumas alternativas e iniciativas em andamento para o tratamento do problema. Assim, após o emprego da metodologia proposta, conclui-se que as regras aplicadas para a cobrança de dívidas garantidas pela alienação fiduciária, a qual permite que amplo leque de atos sejam praticados pelo credor sem a interferência do Poder Judiciário; o trâmite extrajudicial aplicado em outros países na busca de tais débitos; e o projeto de lei em trâmite, o qual desjudicializa uma série de etapas da cobrança em estudo, têm grande potencial para aumentar a eficiência na arrecadação, ao mesmo tempo que permitem a diminuição de indesejável e despendida judicialização da cobrança fazendária.

PALAVRAS-CHAVE: desjudicialização, execução fiscal, eficiência, projeto de lei.